



FVJ&CIÊNCIA

2022.2

Anais da FVJ & Ciência 2023.2

Centro Universitário do Vale do Jaguaribe

ANAIIS

ISSN 2763-8375

Ano 4 - Volume 4 - Edição 2

Centro Universitário do Vale do Jaguaribe
Aracati – CE
Dezembro – 2023

ISSN 2763-8375
Centro Universitário do Vale do
Jaguaribe Aracati-CE
2023.2

Local: Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, Aracati-CE

Prof. Antonio Henrique Dummar Antero, Centro Universitário do Vale do Jaguaribe
Reitor

Prof. Esp. Gilberto Zembrani Júnior, Centro Universitário do Vale do Jaguaribe
Pró-Reitora Acadêmica

Prof. Esp. Francisco Garcia de Sousa Junior, Centro Universitário do Vale do Jaguaribe
Pró-Reitor de Relacionamento

Prof. Esp. Lutiano Almeida Elmíro, Centro Universitário do Vale do Jaguaribe
Pró-Reitor Administrativo e Financeiro

Prof. Dr. Albano Oliveira Nunes, Centro Universitário do Vale do Jaguaribe
Editor Chefe

Prof. Dr. Rodolfo de Melo Nunes, Centro Universitário do Vale do Jaguaribe
Editor Adjunto

Prof. Dr. Albano Oliveira Nunes;
Prof. Dr. Rodolfo de Melo Nunes;
Bibliotecária Esp. Jeovania Maria de Sousa
Auxiliar de Biblioteca Iranildo Rodrigues da Costa
Comissão Organizadora dos Anais FVJ & Ciência (UNIJAGUARIBE)

Profa. Dra. Abda de Souza Medeiros
Profa. Dra. Anielle Torres de Melo
Prof. Dr. Kamillo Karol Ribeiro e Silva
Profa. Ma. Francisca Neuma Almeida Nogueira
Ma. Amália Gonçalves Arruda
Conselho Editorial

Expediente

Endereço postal – Centro Universitário do Vale do Jaguaribe Rodovia Ce- 040 S/N, Km 138.
Bairro Aeroporto – Aracati-CE.

Fone: (88) 3421-9750

Idioma - Língua Portuguesa (Brasil)

Contato Principal

Prof. Dr. Albano Oliveira Nunes

Doutor em Engenharia de Teleinformática E-mail:

albano@fvi.br

Apresentação

O evento “FVJ & Ciência”, ocorre com periodicidade semestral sendo organizado pelo Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – UNIJAGUARIBE. Objetivando tornar público à comunidade as atividades de pesquisa desenvolvidas por discentes e seus respectivos orientadores de graduação e pós-graduação em diversas áreas de estudo. Os trabalhos selecionados durante o evento são compilados em uma coletânea, oferecendo assim uma oportunidade para a comunidade acadêmica e geral conhecerem o trabalho de pesquisa realizado na intituição.

Missão e Objetivos

A FVJ & Ciência tem por missão a difusão e promoção do conhecimento nas diversas áreas do conhecimento de forma multidisciplinar, a saber: Ciências da Saúde, Ciências Sociais Aplicadas,Ciências Educacionais e Ciências Humanas.

Através do meio digital, a FVJ & Ciência busca a divulgação da produção científica relevante, de forma gratuita, aberta a todos os interessados.

Abordagens

Tipologias teórico-empíricas (levantamentos, estudos de caso, experimentos) e teóricas (ensaios teóricos, proposição de modelos), utilizando análises quantitativas e qualitativas.

Temas de interesse

Os temas devem articular tendências teóricas estruturantes que propiciem forte base conceitual para a produção de conhecimento das diversas áreas do conhecimento e, consequentemente, contribuição ao avanço científico.

Periodicidade

Semestral.

**Centro de Gestão e
Hospitalidade Administração
Ciências Contábeis**

Direito

CRIPTOLAVAGEM: ESQUEMATIZAÇÃO E NORMATIZAÇÃO

Maria Heloisa Nunes de Lima¹, (Aluno do Curso de Direito do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, e-mail: maria.heloisa@fvj.br), Alfredo Narciso da Costa Neto², (Professor do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, e-mail: e-mail: alfredo.neto@fvj.br)

RESUMO

Esta monografia irá analisar o processo histórico do crime de lavagem de dinheiro e o surgimento das criptomoedas no sistema econômico, desde as primeiras tentativas frustradas de criar criptomoedas até o sucesso astronômico do Bitcoin, que se tornou uma nova forma de investimento descomplicado e descentralizado, que ganhou visibilidade pelo mundo todo, durante uma crise na bolsa de valores em Nova Iorque. Assim, abordará a descrição de conceitos importantes para a compreensão de como ocorre o funcionamento do sistema bitcoin, tais como rede peer-to-peer e plataforma Blockchain, bem como descrever a maneira como este sistema pode ser utilizado, sob a perspectiva das três fases do crime de lavagem de dinheiro. Após, isso nos levará até a abordagem da evolução normativa que tratam e regulamentam as criptomoedas, com grande foco na legislação brasileira vigente, em ênfase da Lei Ordinária n º 1.4478/2022. A metodologia utilizada para esta pesquisa acadêmica, foi bibliográfica e científica, dividida de maneira coerente e harmoniosa em três capítulos.

Palavras-chave: bitcoin; criptomoeda; lavagem de dinheiro; normatização.

INTRODUÇÃO

Muito se tem discutido, recentemente, acerca de investimentos em moedas virtuais e sua alta rentabilidade. É notório que esta modalidade tem crescido gradativamente em todo o mundo, apostando altamente em transações 100%(cem por cento) virtuais e protegidas por tecnologia criptografadas. Outro ramo que tem apostado neste tipo de segurança é o WhatsApp, garantindo que as mensagens enviadas em sua plataforma sejam acessadas apenas pelos remetentes e destinatários finais, assim funciona o sistema de segurança das criptomoedas, em especial o Bitcoin.

Com o surgimento de novas formas de aplicar e investir dinheiro, concentradas em transações virtuais, em um sistema totalmente descentralizado, sem previa regulamentação e interferência estatal e bancária, novos riscos ameaçam a segurança econômica, deixando lacunas para as organizações criminosas inserir dinheiro ilícito no mercado, desviando a atenção de sua origem. Com o passar dos anos e os avanços das tecnologias, o mercado das criptomoedas começou a tomar espaço no meio financeiro e consequentemente, regulamentações de serviço.

No entanto, com o surgimento de inúmeros casos de crimes contra o sistema financeiro, usando moedas digitais e seus respectivos sistemas, levanta-se diversos questionamentos a respeito da eficácia da normatização atual. Com base nos posicionamentos dos principais órgãos de combate ao crime de lavagem de dinheiro, os órgãos de controle financeiro e

analizando o presente ordenamento jurídico, busca-se analisar a efetividade das normas existentes e debater a necessidade de novas propostas.

METODOLOGIA

A estratégia metodológica da presente monografia, baseia-se no estudo da obra Bitcoin, Lavagem de Dinheiro e Regulamentação, da autora brasileira Christina Mariani da Silva Telles (2020), que conforme sua narração, busca investigar a utilização do Bitcoin para a prática do crime de lavagem de dinheiro. Ou seja, objetiva-se aqui, traçar um panorama do crime de lavagem de dinheiro em conjunto ao funcionamento do mencionado sistema. Outro ponto norteador para a pesquisa, foi a Lei Ordinária de nº 1.4478/2022, que ficou conhecida como “lei das criptomoedas”, que passou a regulamentar sua funcionalidade. Será utilizado para fins de fundamentação, artigos já existentes, escritos por Pablo Diego de Albuquerque Pereira (2019), Arielli Tavares Cota (2020), Vladimir Aras (2023). Pretende-se mostrar com esse estudo, os caminhos que a utilização desses sistemas de criptoativos levam, dando aos criminosos, a possibilidade de burlar o sistema convencional e lavar dinheiro, através de compras de bitcoin ou enviando moedas aos conhecidos paraísos fiscais.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Diante disso, este trabalho monográfico, buscou abordar pontos de extrema relevância ao tema discutido, buscando compreender o contraste entre o crescimento no uso das moedas virtuais com o retardado das normas jurídicas sobre este assunto. É imprescindível que o ordenamento jurídico acompanhe as necessidades da sociedade e busque promover sua eficácia normativa. O sistema Bitcoin, surgiu com o intuito de revolucionar o universo das transferências financeiras, no entanto, isso gerou várias possibilidades para as organizações criminosas lavarem dinheiro.

É imprescindível a discussão deste tema, mediante as diversas vertentes geradas por ela, pois encontra-se aqui, um conflito de interesse, quanto aos pontos positivos e vantajosos do uso das criptomoedas nos dias atuais, principalmente considerando seu valor no mercado, e a facilitação de lavar dinheiro usando o sistema, considerando as diversas possibilidades de manter-se em anonimato e a falta de interferência das instituições bancárias e estatais.

Conclui-se que, de fato o Brasil tem caminhado junto com a regulamentação do uso das moedas virtuais como uma das formas de prevenção e estipulado metas e ações de combate à lavagem de dinheiro. No entanto, ainda é possível encontrar lacunas na letra da lei e uma baixa efetividade em seu cumprimento. Questiona-se a necessidade de novas implementações, e adequações a normatização vigente, pois, é notório que em alguns pontos da lei, ainda são necessários textos mais explícitos. Apesar de existir no ordenamento jurídico, legislação regulamentaria, ainda é constado baixa eficácia, conforme própria portaria do BACEN, exposta no capítulo 3.

Destaca-se que no ramo do Direito é necessário que as fontes formais estejam sempre em constante modificações, acompanhando os fatos sociais. Assim, em um apanhado geral, do contexto analisado, verifica-se que isto vem acontecendo, no entanto de uma maneira lenta e pouco efetiva, o que gera a necessidade de um pouco de celeridade nos aperfeiçoamentos das leis em relação as demandas. Como as recomendações do Gafí, proibir o uso não seria a melhor alternativa, considerando principalmente por tratar-se de um sistema descentralizado e sem uma representação, a melhor alternativa é buscar cada vez mais, uma legislação adequada.

O caminho a se percorrer ainda é longo, não existem formas definidas para extinguir de vez a prática criminosa, porém é fato que caminhamos na direção certa. Alguns países e plataformas de pagamento, optaram por seguir linhas diferentes, restringindo o uso das moedas

digitais em suas plataformas de pagamento. Eis então o questionamento, na hipótese de uma regulamentação preventiva mais eficaz, o uso seria liberado?

REFERÊNCIAS

TELLES, Christiana Mariani da Silva. **Bitcoin, Lavagem de Dinheiro e Regulamentação.** [Sem Local]: Juruá, 2020. 164 p. Disponível em: https://www.jurua.com.br/cliente_dig.asp. Acesso em: 03 nov. 2023

COTA, Arielli Tavares. **Lavagem de dinheiro:** uma analise da teoria da cegueira deliberada aplicada no sistema penal brasileiro. 2020. 36 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Pontifícia Universidade de Goiás, Goiânia, 2020. Cap. 3.

VIEIRA, Juliane Queiroz de Oliveira. **O crime de Lavagem de dinheiro e seus aspectos penais.** 2018. 44 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Unievangélica, Anápolis, 2018. Cap. 3.

PEREIRA, Caio Muniz. **Criptomoedas como meio facilitador do crime de Lavagem de Dinheiro.** 2022. 99 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022. Cap. 3.

PEREIRA, Pablo Diego de Albuquerque. **Criptomoedas:** seriam essas formas viáveis de dinheiro°. 2019. 56 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Cap. 3.

BADARÓ, Gustavo Henrique; BOTTINI, Pierpaolo Cruz. **Lavagem de Dinheiro:** aspectos penais e processuais penais. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.

ARAS, Vladimir. Os aspectos penais da lei Brasileira dos criptoativos. **Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 88, p. 267-300, abr. 2023. Bimestral.